

Efigênio de Freitas Júnior
Sávio Salomão de Almeida Nóbrega
Organizadores

Temas Relevantes do Contencioso Administrativo Federal – CARF

Volume I

Autores

Alexandre Evaristo Pinto	Itamar Artur Magalhães Alves Ruga
André Severo Chaves	Jeferson Teodorovicz
Daniel Ribeiro Silva	Juciléia de Souza Lima
Diljesse de Moura P. Vasconcelos Filho	Laura Charallo Grisolia Elias
Edeli Pereira Bessa	Luis Henrique Marotti Toselli
Eduardo Monteiro Cardoso	Marcelo José Luz de Macedo
Eduardo Newman de Mattera Gomes	Maria Carolina Maldonado M. Kraljevic
Efigênio de Freitas Júnior	Neudson Cavalcante Albuquerque
Fernando Brasil de Oliveira Pinto	Paulo Henrique Silva Figueiredo
Fredy José Gomes de Albuquerque	Rafael Taranto Malheiros
Guilherme Adolfo dos Santos Mendes	Ricardo Piza Di Giovanni
Heldo Jorge dos Santos Pereira Júnior	Sávio Salomão de Almeida Nóbrega
Henrique Nimer Chamas	

 NSM Editora

2025

Sumário

Sobre os Autores.....	5
Prefácio (Sérgio Kukina)	17
Prólogo (Renato Lopes Becho)	19
Apresentação (Efigênio de Freitas Júnior / Sávio Salomão de Almeida Nóbrega)	23

Parte I – IRPJ, CSLL e Dedutibilidade de Despesas

Contratos de Compartilhamento de Despesas: Evolução da Jurisprudência da 1ª Seção de Julgamento	29
Edeli Pereira Bessa	
1. Introdução	29
2. Distinção entre compartilhamento de despesas e prestação de serviços..	29
3. Possibilidade de compartilhamento de despesas	32
4. Relevância do contrato de compartilhamento de despesas	35
5. Critério de rateio	37
6. Natureza dos valores rateados	41
7. Contratos de prestação de serviços.....	42
8. Conclusões	44
Referências.....	44

Dedutibilidade dos Gastos com Acordos de Leniência e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) na Jurisprudência do Carf.....	45
Maria Carolina Maldonado Mendonça Kraljevic	
1. Introdução	45
2. Imposto de renda da pessoa jurídica	45
3. Regra geral de dedutibilidade de despesas na apuração do lucro real	49
4. Gastos com acordo de leniência e termo de ajustamento de conduta.....	53
5. Jurisprudência do Carf sobre o tema	55
6. Conclusões	59
Referências.....	60

A Inedutibilidade Fiscal de Despesas com Atos Ilícitos: Análise dos Requisitos de Necessidade e Usualidade no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	63
Efigênio de Freitas Júnior	
1. Introdução	63

2. Competência do legislador ordinário para legislar sobre o lucro real	63
3. Requisitos para dedutibilidade das despesas operacionais	71
3.1. Despesa necessária	72
3.2. Despesa usual ou normal	74
4. Vedação à dedução de despesas ilícitas (vantagem indevida, suborno, propina)	75
4.1. Despesa ilícita na Teoria da Justiça ou Ética de Klaus Tipke	80
4.2. Jurisprudência do Carf sobre despesas com vantagens indevidas.....	83
5. Conclusão.....	84
Referências.....	85

A Cumulação de Glosa de Despesas com Pagamentos na Apuração do Lucro Real e da Base da CSLL com a Exigência do IRRF Previsto no Art. 61 da Lei n. 8.981/1995

87

André Severo Chaves / Daniel Ribeiro Silva

1. Introdução	87
2. Noções gerais do lucro real	88
2.1. Dedutibilidade das despesas na apuração do lucro real	89
3. Glosa de despesas com pagamentos	92
3.1. Objetivo e aplicação	92
3.2. Fiscalização precedente à glosa de despesas	92
4. Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), art. 61 da Lei n. 8.981/1995	94
4.1. Incidência	95
4.2. Natureza jurídica: tributo x sanção	97
4.3. Jurisprudência administrativa e aplicação do IR-Fonte.....	100
5. A cumulação de glosa de despesas com pagamentos na apuração do lucro real e da base da CSLL com a exigência do IRRF previsto no art. 61 da Lei n. 8.981/1995.....	101
6. Considerações finais	106
Referências	106

Como Ficam as Discussões acerca das Subvenções após a Promulgação da Lei Complementar n. 160/2017? Os Limites Impostos pela Solução de Consulta Cosit n. 145/2020

109

Fernando Brasil de Oliveira Pinto

1. Introdução	109
2. Subvenções: conceito, espécies e tratamento contábil antes da edição das Leis n. 11.638/2007 e 11.941/2009.....	109
3. Tratamento contábil e fiscal das subvenções após a edição das Leis n. 11.638/2007 e 11.941/2009.....	111
3.1. A Solução de Consulta Cosit n. 145/2020	113

4. Precedentes do Carf	116
5. Conclusão.....	128
Referências.....	129

Questões Controversas Relativas à Dedutibilidade das Despesas com *Royalties*..... 131

Alexandre Evaristo Pinto / Fredy José Gomes de Albuquerque

1. Introdução	131
2. Do alcance da indedutibilidade dos <i>royalties</i> pagos a sócios	132
3. Da dedutibilidade dos <i>royalties</i> sobre direitos autorais.....	140
4. Da necessidade de análise detalhada dos contratos para identificação se os pagamentos possuem ou não natureza de <i>royalties</i>	145
5. Da nova regulamentação prevista na Lei n. 14.596/2023	152
6. Conclusões	157
Referências.....	159

A Dedutibilidade dos Juros sobre Capital Próprio Acumulado 161

Itamar Artur Magalhães Alves Ruga

1. Introdução	161
2. Contexto histórico e legislativo dos Juros Sobre Capital Próprio (JCP) ...	162
2.1. Evolução normativa dos JCP.....	162
2.2. Regimes jurídicos aplicáveis: tributário, societário e contábil	163
2.3. Breve visão da extinção da correção monetária e o papel dos JCP ...	167
3. Requisitos legais para dedutibilidade dos JCP.....	170
3.1. Base de cálculo e limites quantitativos.....	170
3.2. Regime de competência: controvérsias interpretativas.....	172
3.3. Deliberação societária como fato gerador.....	175
4. Análise crítica da jurisprudência do Carf sobre JCP acumulados	176
4.1. Argumentos contrários à dedução extemporânea	179
4.2. Argumentos favoráveis à dedução dos JCP de exercícios anteriores .	181
4.3. Harmonia sistêmica: a impossibilidade de dedução dos JCP acumulados	183
4.4. Reflexos na tributação da CSLL	185
5. Conclusão.....	185
Referências.....	187

“Empresa Veículo”, “Real Adquirente” – Dedutibilidade do Ágio: *Bullying Tributário* 191

Heldo Jorge dos Santos Pereira Júnior

1. Introdução	191
2. Utilidade ou inutilidade dos apelidos	192

3. Origem da expressão “Empresa Veículo”	194
4. Empresa Veículo e o Superior Tribunal de Justiça (STJ)	201
5. Conclusão.....	202
Referências.....	203

Parte II – Normas Gerais e Decadência

Requalificação Jurídica de Planejamentos Tributários	207
Luis Henrique Marotti Toselli	
1. Introdução	207
2. Planejamento tributário e sua requalificação jurídica	209
3. Definição do conceito de simulação	210
4. Jurisprudência	214
4.1. Do parágrafo único do art. 116 do CTN	215
4.2. Casos práticos	217
5. Conclusões	225
Referências.....	225

Depreciação Acelerada Incentivada da Lavoura de Cana-de-Açúcar: Análise da Jurisprudência do Carf	227
Efigênio de Freitas Júnior / Sávio Salomão de Almeida Nóbrega	
1. Introdução	227
2. Depreciação contábil x depreciação fiscal.....	227
3. Depreciação acelerada	231
4. Depreciação acelerada incentivada	232
5. Controle no Lalur	233
6. A legislação de regência. Atividade rural e lavoura de cana-de-açúcar: depreciação acelerada incentivada x exaustão	234
7. Análise da jurisprudência do Carf	236
8. Conclusão.....	244
Referências.....	245

Os Limites para Constituição do Crédito Tributário com Base em Acordo de Colaboração Premiada na Visão do Carf	247
Eduardo Monteiro Cardoso / Marcelo José Luz de Macedo	
1. Introdução	247
2. A obrigação jurídica tributária	248
3. A prova na constituição da obrigação jurídica tributária.....	250
4. A colaboração premiada no Direito Positivo brasileiro	252
5. O lançamento com base em colaboração premiada na visão do Carf.....	256
6. Conclusão.....	264
Referências.....	264

Dificuldades e Obstáculos no Contencioso para as Pequenas Empresas..... 267

Eduardo Newman de Mattera Gomes / Guilherme Adolfo dos Santos Mendes /
 Laura Charallo Grisolia Elias

1. Introdução	267
2. O tratamento favorecido das pequenas empresas	268
3. Princípios norteadores do processo administrativo fiscal tributário	272
4. Pequenas empresas no processo administrativo fiscal	275
4.1. Entraves fáticos vivenciados pelas pequenas empresas	275
4.2. Entraves jurídicos vivenciados pelas pequenas empresas	278
5. Conclusão	283
Referências	284

Decadência do Direito de a Fazenda Pública Revisar a Base de Cálculo do IRPJ/CSLL, nos Casos de Compensação de Saldo Negativo 287

Paulo Henrique Silva Figueiredo

1. Introdução	287
2. Constituição do crédito tributário e a decadência	288
2.1. Requisitos obrigatórios à constituição do crédito tributário no lan- çamento de ofício	290
2.2. Prazo decadencial para a constituição do crédito tributário	291
3. Compensação dos saldos negativos de IRPJ e CSLL	293
3.1. Compensação dos créditos tributários contra a Fazenda Nacional ...	294
3.2. Apuração dos saldos negativos de IRPJ e CSLL e sua compensação.	296
4. Relação entre a decadência do direito de se constituir o crédito tributá- rio e a análise da liquidez e certeza dos saldos negativos compensados...	297
4.1. Análise da liquidez e certeza dos saldos negativos compensados li- mitada às parcelas extintivas do valor apurado	299
4.2. Ausência de limites à análise da liquidez e certeza dos saldos nega- tivos compensados	300
4.3. Jurisprudência administrativa no âmbito do Carf em relação ao tema	303
5. Considerações finais	306
Referências	307

Decadência, Lançamento por Homologação e Inexistência de Resultado Tributável no IRPJ à Luz da Jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais 309

Diljesse de Moura Pessoa de Vasconcelos Filho / Henrique Nimer Chamas

1. Introdução	309
2. Uma breve aproximação à(s) regra(s) jurídica(s) da decadência no Direito Tributário	310
3. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça	312

4. A inexistência de resultado tributável no IRPJ e as possibilidades interpretativas.....	315
5. A jurisprudência do Carf.....	319
6. Conclusão.....	323
Referências.....	323

Parte III – Direito Tributário Internacional

Subcapitalização e Operações com Partes Relacionadas e Países de Tributação Favorecida ou sob Regime Fiscal Privilegiado: Visão do Carf e Alterações Promovidas pela Nova Lei de Preços de Transferência (Lei n. 14.596/2023) 327

Rafael Taranto Malheiros

1. Introdução	327
2. Tributação brasileira dos juros e dividendos.....	328
3. Juros sobre o Capital Próprio (JCP).....	329
4. Antecedentes das regras nacionais de subcapitalização.....	330
4.1. Contexto brasileiro	330
4.2. Contexto internacional.....	331
5. A escolha das regras de subcapitalização do Brasil e sua vigência	332
6. As normas da Lei n. 12.249/2010 sobre subcapitalização.....	335
6.1. Requisito de necessidade da despesa para sua dedutibilidade e seu limite.....	337
6.2. O art. 24 da Lei n. 12.249 e as partes relacionadas	339
6.3. O art. 25 da Lei n. 12.249 e jurisdições com tributação favorecida ou sob regime fiscal privilegiado	341
7. Conclusões	345
Referências.....	346

O IRRF Incidente sobre Operações Realizadas no Exterior. Limitação da Competência da Fiscalização 347

Neudson Cavalcante Albuquerque

1. Introdução	347
2. Tributação internacional do IRPJ	348
2.1. Elementos de conexão no Direito Tributário Internacional.....	349
2.1.1. Territorialidade.....	349
2.1.2. Universalidade	350
2.1.3. Fonte de produção e estabelecimento permanente.....	350
2.1.4. Fonte de pagamento.....	350
2.2. Elementos de conexão na legislação tributária brasileira.....	351
3. Tributação do não residente – retenção na fonte	352
3.1. Disponibilidade econômica ou jurídica.....	353

3.1.1. Disponibilização antecipada – regime de competência – caso Sony	354
3.1.2. Disponibilização sem causa – <i>cash pooling</i> – caso CNO.....	357
3.2. Finalidade – natureza da relação jurídica privada.....	359
3.2.1. Disponibilização sem causa – relação antijurídica.....	360
3.2.2. Disponibilização sem causa – relação estranha à atividade da pessoa jurídica.....	361
3.2.3. Venda indireta – caso Cosan	362
4. Considerações finais	364
Referências	364

O Reconhecimento dos Tributos Pagos no Exterior. As Exigências da Legislação e a Limitação ao Direito Creditório dos Contribuintes

Jeferson Teodorovicz / Juciléia de Souza Lima

1. Introdução	367
2. Breve evolução da tributação dos lucros auferidos no exterior por empresas residentes no Brasil.....	368
3. Dos métodos unilaterais para atenuar a pluritributação no Direito Tributário Internacional.....	372
3.1. Das medidas unilaterais para evitar a pluritributação na legislação brasileira	372
4. Limites para compensação dos tributos pagos no exterior.....	373
4.1. Panorama legal (e infralegal) da compensação dos tributos sobre a renda (IRPJ e CSLL) pagos no exterior (a partir da Lei n. 9.249/1995).....	373
4.2. Requisitos à compensação segundo as recentes Soluções de Consulta Cosit da Receita Federal do Brasil	388
4.3. Requisitos e limites à compensação do imposto pago no exterior no âmbito da jurisprudência administrativa (Carf)	390
4.4. Do imposto pago no exterior para fins de compensação futura e tratamento de crédito em casos de prejuízos fiscais.....	396
5. Conclusão.....	402
Referências	403

IRRF de Filial, Sucursal ou Coligada em País de Tributação Favorecida. Imposto de Renda Incidente no Brasil por Ocasão da Remessa dos Recursos à Filial no Exterior. Direito a Creditamento sem Limitação.....

Ricardo Piza Di Giovanni

1. Introdução	405
2. Retenção de imposto de renda em operações com paraísos fiscais	405

3. Da autorização legal para que possa ser compensado o imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos ou creditados a sucursal, controlada ou coligada de pessoa jurídica domiciliada no Brasil.....	406
4. Decisões contrárias à tese dos contribuintes	407
5. Posicionamento favorável à tese dos contribuintes	409
6. Considerações finais	415
Referências.....	416